

"Nota 2: Este projeto foi alterado pela URB 099/2024, NGB 099/2024 e MDE 099/2024 no que se refere ao remembramento dos Lotes 61, 63, 65 e 67 da Rua Aroeira, Lotes 01, 03, 05, 07 e 09 da Rua 14 e Lotes 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27 e 29 da Rua 16, do Centro Urbano do Recanto das Emas, Região Administrativa do Recanto das Emas - RA XV."

Art. 6º Os documentos urbanísticos relacionados ao presente ato devem ser disponibilizados no endereço eletrônico <http://www.sisduc.seduh.df.gov.br/>, no prazo máximo de 7 dias, contados da publicação desta portaria no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF, conforme determinação da Portaria nº 95, de 21 de outubro de 2021 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - Seduh, que dispõe sobre os procedimentos para divulgação de documentos urbanísticos e sua disponibilização no Sistema de Documentação Urbanística e Cartográfica - Sisduc.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JANAÍNA DOMINGOS VIEIRA

ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA COM VISTAS À APRESENTAÇÃO DA ETAPA DE DIAGNÓSTICO OBTIDO NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL - PDOT

Às nove horas do décimo nono dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, no Auditório da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde - FEPECS, foi iniciada a 2ª Audiência Pública com vistas à apresentação da etapa de diagnóstico obtido na revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT, pelo Sr. Marcelo Vaz Meira da Silva, Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, seguindo a seguinte ordem: 1. Abertura dos Trabalhos. 2. Apresentação Técnica. 3. Manifestações orais. 4. Encerramento. A Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados - Ascol/Seduh, preliminarmente, saudou os presentes e procedeu com a leitura resumida do regulamento da Audiência Pública. Registrou que o 1º Aviso de Convocação foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180 e em Jornal de Grande Circulação no dia 19 de setembro de 2024. O 2º Aviso de Convocação foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 193, de 08 de outubro de 2024, bem como publicizada na página eletrônica da SEDUH, em conformidade ao que dispõe a Lei nº 5.081, de 11 de março de 2013. Adiante, passou-se ao item 1. Abertura dos Trabalhos: Foram convidados para compor a mesa os seguintes participantes: o Sr. Marcelo Vaz Meira da Silva, Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - Seduh; a Sra. Janaína Domingos Vieira, Secretária Adjunta de Desenvolvimento Urbano e Habitação - Seduh/Seaduh; a Sra. Juliana Machado Coelho, Subsecretária de Políticas e Planejamento e Habitação - Seduh/Seaduh/Suplan; o Sr. José Mário Pacheco Júnior, Coordenador de Planejamento e Sustentabilidade Urbana - Seduh/Seaduh/Suplan/Coplan; e o Sr. Antônio Maycon Martins, Diretor de Planejamento e Sustentabilidade Urbana - Seduh/Seaduh/Suplan/Coplan/Diplan. Seguidamente, com o uso da palavra, o Sr. Marcelo Vaz Meira da Silva enfatizou o objetivo da referida Audiência Pública, de apresentar novamente o Diagnóstico do que foi absorvido durante as 54 Oficinas Participativas realizadas em todo o ano de 2023 nas Regiões Administrativas, bem como nas Oficinas Participativas, por segmentos, que ocorreram na sede da Seduh. Ato contínuo, passou-se ao item 2. Apresentação Técnica: a Sra. Juliana Machado Coelho iniciou a apresentação inferindo sobre os pontos que seriam abordados, sendo eles: detalhamento da Leitura Comunitária - refere-se ao que foi desenvolvido durante as Oficinas Participativas; Cruzamento da Leitura Técnica com a Leitura Comunitária; problemáticas territoriais, considerando cada Eixo; e o padrão territorial de ocupação atual do solo, considerando as macrozonas vigentes atualmente. Adiante, o Sr. José Mário Pacheco Júnior detalhou a leitura comunitária, destacando as especificidades dos levantamentos realizados no âmbito da etapa de Diagnóstico para o território do Distrito Federal. Os resultados foram apresentados para cada uma das 35 Regiões Administrativas, organizados por Unidades de Planejamento Territorial. Em seguida, apresentou o cruzamento da leitura técnica com a leitura comunitária, evidenciando a integração das questões levantadas tanto pelos técnicos quanto pela população, obtidos nos estudos da etapa de diagnóstico do processo de revisão, também apresentados em blocos de regiões administrativas e unidades de planejamento territorial. Após, seguiu-se ao item 3. Manifestações orais: o Sr. Pedro Albuquerque Barbosa, presidente da Associação de Produtores e Moradores do Núcleo Rural Córrego do Atoleiro, enfatizou que o Córrego do Atoleiro I está dentro de uma área rural, com uso urbano de uso controlado e enfatizou o desejo, da população da região citada, para que haja a reversão e continue destinado a uso rural. Seguidamente, o Sr. Joaquim Campos, presidente da Associação dos Assentados do Núcleo Rural Monjolo parabenizou a equipe pela apresentação e condução dos trabalhos, pontuou sobre a situação de regularização fundiária do Núcleo Rural Monjolo e reivindicou que a área da Cabeceira do Valo, ocupada desde a década de 80, seja preservada. A Sra. Anahi Marinho Magalhães, representante da Associação dos Proprietários de Unidades do Condomínio Residencial Girassol, solicitou além da regularização fundiária, que a Secretaria acrescente a referida área como Arine no Plano de Diretório de Ordenamento Territorial - PDOT. Adiante, a Sra. Kátia Regina, presidente da Associação Comunitária Amigos do Alto Kanegae, solicitou que as revisões, que ocorrem a cada 10 anos, aconteçam em períodos menores, pois em uma década os problemas, dos quais se tem ciência, crescem de forma exponencial. Posteriormente, o Sr. Sebastião Boechat, representante da Associação Comunitária do Park Way, agradeceu a Seduh e realizou o seguinte questionamento: Se o Park Way tem classificação na Lei de Uso e Ocupação do Solo - LUOS, qual o motivo de não mencionarem o comércio da RA? Seguiu inferindo sobre a manutenção do macrozoneamento da região, pois pode-se perder vegetação com a ação e solicitou que a fauna e a flora do Park Way sejam protegidas, a fim de reduzir a vulnerabilidade social e ambiental. Em seguida, a Sra. Lúcia Mendes leu o resumo do Manifesto do Fórum de Defesa das Águas, do Clima e do Meio Ambiente do Distrito

Federal a respeito do PDOT. Ressaltou que a sustentabilidade é uma questão crucial diante das mudanças climáticas e das ameaças ambientais. Reforçou a necessidade de um PDOT que inclua o planejamento, a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas. Moradia digna para todos, regularização fundiária como política pública e estratégia para proteger as áreas produtoras de água, saneamento público, preservação do cerrado e das árvores. Um Distrito Federal com incentivo à agroecologia, ao desmatamento zero e à restauração do cerrado, bem como projetos urbanísticos que considerem a água como um direito fundamental e inalienável. Requereu-se uma maior mobilização e atenção da comunidade em relação às questões que dizem respeito à proteção do meio ambiente. Por fim, ressaltou sobre a importância da destinação orçamentária para aplicação do PDOT. Seguidamente, o Sr. Guilherme Jaganu externou sua preocupação com o principal objetivo do PDOT, pois apesar de haver as considerações, a maioria dos projetos realizados são feitos de forma equivocada, sem o consentimento da população e comunidade. Informou, também, a participação em todas as oficinas realizadas e fizeram um manifesto sobre o PDOT, assinado por: Preserva Serrinha, Terra Azul, Oca do Sol, Associação de Moradores do Núcleo Rural Urubu - ANRU, Grupo de Caminhadas Brasília, Asproeste Colina Lago Sul, Associação dos Produtores Rurais e Moradores do Cau Bium, Sindágua, Movimento Altiplano Rural, Mar - Coletivo de águas Emendadas, Associação dos Amigos da Floresta, Academia Planotinsense de Artes e Letras e Ciências - APLAC, Prefeitura da Península Norte, Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável do Lago Norte, Jovens pelo Clima, Movimento de Apoio a Caminhos do Planalto Central, Movimento em Defesa do Parque das Garças, Anticomunicação e Direitos, Instituto ALOK, Grupo Núcleo Rural Olhos d'Água e o Conselho Comunitário do Lago Sul. Após, o Sr. Júlio César Salema de Oliveira, representante da Associação de Moradores da Ponte Alta Norte, pontuou sobre a distribuição desigual do território entre as Cidades Satélites e o Plano Piloto. Solicitou a regularização urbana, a inclusão de áreas consolidadas, e a celeridade no desenvolvimento das demandas requeridas. Por fim, sobre o transporte público, questionou sobre a questão da demora de ônibus e metrô que muitas vezes deixam a população insegura. Ato contínuo, o Sr. Douglas Faustino, representante da Associação de Moradores da Ponte Alta Norte, enfatizou que a referida região sofre com a falta de regularização. Adiante, o Sr. Luís Fernando Zeferino, representante da Associação Núcleo Rural Olhos d'Água, solicitou que o Núcleo Rural Olhos d'Água volte a ser uma área rural. Pontuou que estão junto com o Fórum de Defesa das Águas, com a Preserva Serrinha, que fazem parte de toda região. Considerou inadmissível mudar a destinação de uma área, de alta declividade, cheia de nascentes, ambientalmente uma área sensível. Finalizou que em nome dos presidentes Ricardo Reis Meira e Renata Seabra, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/DF está acompanhando e à disposição com toda a equipe para auxiliar no que for possível referente ao assunto em pauta, inclusive com participação ativa nas reuniões do CGP. Após, o Sr. Elói de Carvalho, representante da Associação Comunitária do Park Way, enfatizou que cada região administrativa possui problemas diferentes, então, propôs que neste momento de revisão do do PDOT fosse realizada a verificação das necessidades de cada comunidade. Ato seguinte, a Sra. Flávia Ribeiro da Luz, presidente da Associação Park Way, argumentou sobre a importância da RA do Park Way, com suas nascentes, córregos, fauna e flora endêmicas, que ajuda a suprir o Distrito Federal de ar limpo, contrabalancear as ilhas de calor formadas pelo uso excessivo de concreto e de asfalto que impermeabilizam o solo, favorecendo a formação de enchentes. Solicitou que o governo a proteja os córregos e florestas na região e propôs que o PDOT esteja de acordo com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU. Seguidamente, o Sr. Inocêncio Soares de Moraes Neto parabenizou a SEDUH pela apresentação e trabalho prestado. Enfatizou acerca das questões de moradia para a comunidade, bem como as áreas de preservação ambiental, pois com o passar do tempo, as ocupações irregulares se tornaram regulares. Adiante o Sr. Marcos Santarosa inquiriu que o Núcleo Rural Lago Oeste está com 3% de parcelamentos, se tornando uma grande problemática para a comunidade. Concluiu que o PDOT pode ser um bom instrumento de organização, porém deve ter fiscalização em 2 níveis, ou seja, que as autoridades que fiscalizam sejam submetidas a fiscalizações. Após, o Sr. Laert Teixeira, presidente da CooperPalmas, solicitou a regularização, de forma coletiva e indivisa, com possibilidade de utilização de um instrumento coletivo com subdivisões internas feitas por meio de frações ideais para região. Seguidamente, a Sra. Neuriéldes Montenegro, representante da Associação de Moradores do Córrego Crispim, inferiu que a revisão das diretrizes do PDOT, a cada 10 anos, é incapaz de reverter os danos ambientais que foram causados. Pediu a atenção ao Córrego Crispim, uma vez que é uma nascente que está abastecendo grande parte da região do Gama, são 77 mil litros diários que estão sendo destruídos por uma determinação para que fosse urbano e que brigam pela reversão. Concluiu pontuando que existem invasões destruindo e poluindo as nascentes e solicitou que a região volte a ser considerada área rural. Ato contínuo, o Sr. Mário Blanco, representante da Prefeitura Comunitária dos Moradores da Colônia Agrícola Sucupira, pleiteou que seja realizada a efetiva regularização fundiária, com a elaboração de projetos urbanísticos e ambientais que já foram solicitados pela comunidade; e que os Administradores Regionais possam participar das deliberações. Pontuou sobre a falta de implantação do metrô e interligação viária entre as RAS da Central Adjacente II e propôs a alternativa de interligá-las. Pleiteou sobre as vias que interligam a estrutural, a EPTG e a EPNB e que não há vias que interliguem a Samambaia, Recanto das Emas, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II, Núcleo Bandeirantes e Park Way. Finalizou a falta de oferta habitacional de baixa renda, inferindo que, com a oferta habitacional, não existirá ocupação irregular. Adiante, a Sra. Ana Carbone, coordenadora da Associação Civil Rodas da Paz, enfatizou sobre a importância de transformar a cultura do transporte público de qualidade, fazendo a intermodalidade para que seja possível utilizar a bicicleta, e acessar os lugares de forma fácil. Inferiu que fosse

considerado uma formação continuada para os delegados que participam das comissões, e que seja criada uma comissão de mobilidade, pois não existe. Posteriormente, a Sra. Magda Bernardes, diretora da Escola Classe Núcleo Rural Córrego do Atoleiro, pleiteou que o Núcleo Rural Córrego do Atoleiro volte a ser uma área rural. Ato seguinte, o Doutor Dênio Augusto de Oliveira Moura, representante do Ministério Público, informou que o Ministério Público tem trabalho para assegurar a participação social no processo de revisão, não somente na elaboração, mas também na implementação, uma vez que é garantido na legislação. A partir do primeiro diagnóstico, concluiu-se que há uma completa desconexão entre o PDOT e os orçamentos, PPA e LDO, das leis anuais, o que explica o baixo índice de execução do PDOT em 2009. No segundo diagnóstico, constatou uma total falta de conexão entre as políticas públicas, solicitando que os pontos que estão em desacordo sejam apresentados e, posteriormente, incorporados ao futuro PDOT. Sugeri que cada proposta esteja de acordo com os objetivos do desenvolvimento sustentável, e reflita no PPA, na LDO e no orçamento. Citou a necessidade de a sociedade participar das políticas públicas, inclusive a participação dos órgãos federais no processo de revisão. Por fim, solicitou uma maior divulgação. Após, o caciue Sr. Marcondes Alves Tapuia solicitou que a área do Paranoá Sul seja reconhecida como território indígena, e concluiu inferindo que existe um projeto onde é reivindicado o reconhecimento territorial pela FUNAI e pelo Ministério dos Povos Indígenas. Adiante, o Sr. Cirênio Vieira Morais, Presidente da Associação AFPJ, agradeceu a Seduh e ao Deputado Rogério Morro da Cruz pela realização do trabalho e enfatizou acerca da falta de água que está ocorrendo na região do assentamento 10 de junho, solicitando providências para essa questão. Seguidamente, a Sra. Taony Santos, Representante da Associação dos Moradores do Vale dos Ipês, pleiteou que a Seduh possa, na fase inicial dos trabalhos de visita, ter um olhar técnico e humanizado para a comunidade de moradores do Vale dos Ipês. Enfatizou sobre as invasões e a necessidade de preservar o meio ambiente da forma como está e, para isso acontecer, precisa de planejamento e regularização das áreas. Inferiu sobre a falta de fiscalização sobre as invasões antes de acontecer. Ato contínuo, o Sr. Damião Ferreira, presidente da Associação de Moradores da Quadra 308 do Residencial Oeste, inferiu sobre a grande dificuldade dos moradores da região para realizar financiamentos habitacionais junto à Caixa Econômica Federal, e solicitou que os responsáveis envolvidos em projetos habitacionais possam unir forças com os parlamentares a fim de atender essa demanda de 2016. Adiante, o Sr. Antônio Edson Guimarães Farias, presidente da Associação dos Chacareiros do Park Way, inferiu sobre a vontade da comunidade para que possam ser considerados em área rural novamente. Posteriormente, a Sra. Carmen Regina Correia, Destacou a baixa densidade de ocupação, baixo índice de impermeabilização e os cuidados importantes da área de risco, Lago Oeste. Solicitou a regularização fundiária para trazer segurança jurídica, e o aprimoramento técnico para que a área cumpra a função socioambiental, inferiu que o núcleo rural do Lago Oeste está inserido em uma área maior, na zona de amortecimento do Parque Nacional de Brasília e demanda atenção pela sensibilidade da região. Sinalizou que a área de Cooper Palmas se encontra no processo de licenciamento ambiental do Lago Oeste. Reiterou a solicitação da CooperPalmas para inclusão como área passível de regularização fundiária rural, na estratégia de regularização fundiária do processo de revisão do PDOT. Após, o Sr. Benny Schvartsberg, professor da UnB e representante da Associação Andar a Pé, destacou a participação dos deputados Max Maciel e Gabriel Magno e inferiu acerca do descompromisso dos demais deputados com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT. Destacou a necessidade de vincular o Plano Diretor, que orienta o plano plurianual, a lei de direitos orçamentários e as leis orçamentárias anuais. Solicitou que fosse criado um canal onde a Seduh pudesse responder aos questionamentos da comunidade de forma objetiva e transparente. Com respeito à leitura do diagnóstico, à leitura técnica, no ponto da habitação, observou que não respeitou suficientemente o Plano de Habitação de Interesse Social do Distrito Federal - Plandhis, que é um plano que conseguiu avançar em propostas, em diretrizes, em instrumentos, um eixo condutor da questão da formulação do PDOT, que é o tema da habitação e da regularização fundiária. Ato seguinte, a Sra. Elid Barbossa de Oliveira, representante da Prefeitura Comunitária do Alto Kanegae, solicitou a alteração das áreas de rural para urbana na fazenda Sucupira, com os condomínios Império do Sol, Novo Horizonte, Montes Verdes, Montes Claros e Recanto dos Pássaros, bem como a ampliação das linhas de ônibus que atendem a região. Após, o Sr. Emerson Santos Tavares, pleiteou a regularização Associação de Chacareiros do Núcleo Bandeirante – NB1 e NB2. Enfatizou a diversidade culinária, hotelaria e córregos na região e o potencial turístico dentro do Distrito Federal. Adiante, a Sra. Luísa Alencar Costa, presidente da Associação dos Moradores da Quinta das Orquídeas, solicitou que haja a regularização fundiária da referida Gleba. Seguidamente, o Sr. Osiel Pereira de Sousa, inferiu sobre a importância de ter uma legislação que proteja a comunidade que luta para possuir a casa própria, e que os processos de aquisição sejam simplificados e acessíveis e que combatam a especulação imobiliária. Ato contínuo, a Sra. Ermivone Nunes Marques, representante da Granja Modelo, sugeriu o desenvolvimento de um plano de regularização que considere as especificidades de cada localidade, respeitando as áreas frágeis e viabilizando alternativas que permitam a permanência. Após, a Sra. Cleusa Maria enfatizou acerca da preservação das nascentes existentes no Distrito Federal. Destacou a importância do Córrego Crispim para o meio ambiente, pontuou a proteção ambiental que os chacareiros proporcionam e as invasões na área que comprometem a zona rural, transformando-a em urbana. Posteriormente, o Sr. José Carlos Gomes, presidente da Associação Comunitária dos Moradores do Margarida Alves, pontuou acerca dos problemas enfrentados pela comunidade e solicitou que as autoridades pertinentes possam acolher, principalmente neste momento de revisão do PDOT, as famílias que residem na referida região e agradeceu à Seduh pela indicação da área dentro da estratégia de regularização do PDOT. Adiante, o Deputado Distrital, Sr. Max Maciel,

informou que a Câmara Legislativa está acompanhando com muita atenção e, certamente, com um bom diálogo, serão realizados todos os ajustes que se fizerem necessários. Após, o Sr. Everton Maseria enfatizou sobre o desejo das comunidades para que haja a reversão das áreas que eram, inicialmente rurais, em urbanas, voltando, assim, a serem rurais, garantindo todos os direitos de seus moradores. Seguidamente, a Sra. Sol Udre solicitou que todas as questões pontuadas, durante a reunião, fossem apreciadas e futuramente respondidas em forma de audiência pública para toda comunidade, de forma a sanar as dúvidas. Em seguida, o Sr. Pedro Tapuia, representante do Instituto Nacional do Índio e da Aldeia multiétnica da ARIE do Paranoá Sul registrou que faz parte do povo ancestral do Distrito Federal, que boa parte dos indígenas originários do Distrito Federal foram para Minas Gerais e Bahia, mas a família permaneceu. Ressaltou que lutam pela conservação, a preservação dos recursos hídricos no DF. Informou sobre a falta de energia no Paranoá Sul e ações de loteamento na área do cerrado. Posteriormente, a Sra. Lúcia Gomes Queiroz, Presidente da Associação Vila Esperança, enfatizou acerca da solicitação de regularização da área do Alto Kanegae e Riacho Fundo 1 e para que a SEDUH tenha atenção para com essa comunidade. Ato seguinte, a Sra. Massae Wajnanbe, produtora do Núcleo Rural Taguatinga, representante do Sr. Cláudio Antônio Teixeira Pires, solicitou a permanência do produtor rural, o apoio tecnológico e de conhecimento para que possam aprimorar o seu trabalho, inferiu a necessidade da integração entre órgãos públicos para que atuem na fiscalização e os parcelamentos não aconteçam nas áreas rurais e continue cumprindo a função socioambiental. Com a palavra, o Sr. Doralvino Sena, representante do Movimento em defesa do Parque das Graças questionou sobre as obras que deveriam ser terminadas nesse período de seca e a falta de sustentabilidade sobre as ações relacionadas ao PDOT. Após, o Sr. Sérgio Rezende, Engenheiro Ambiental da Associação Empresarial do Paranoá, pleiteou que seja realizada a regularização fundiária do Setor Industrial do Paranoá e Setor de Galpões do Paranoá, como Arine. Com a palavra, a Sra. Maria Luíza Pinho Pereira, professora da UnB, opinou sobre dividir o Distrito Federal por Região Administrativa e sobre a falta de equipamentos públicos nas regiões mais vulneráveis. Seguidamente, o Sr. Pedro Ivo, parabenizou a iniciativa do trabalho e a equipe, pleiteou a necessidade de integração entre os órgãos e a participação dos órgãos federais e da população e seguiu inferindo sobre a necessidade de que o PDOT seja sustentável. Adiante, o Deputado Distrital, Sr. Gabriel Magno, propôs que a câmara elabore oficinas explicativas antes de chegar ao texto final do PDOT. Concluiu sugerindo que fosse firmado um pacto institucional entre Poder Legislativo e Poder Executivo para formular um melhor PDOT. Finalizadas as inscrições de fala, seguiu-se ao item 4. Encerramento: Com a palavra, o Sr. Marcelo Vaz Meira da Silva agradeceu a presença e participação de todos e seguiu inferindo que acerca da participação das Administrações Regionais, já existe um cronograma de reuniões agendadas com os administradores para que participem do processo de revisão do PDOT. Pontuou que a partir desse momento serão encaminhadas as devolutivas, pois já foi realizado o levantamento e apresentação dos dados. Solicitou auxílio dos parlamentares presentes para aprovação do projeto do PDOT. Concluiu agradecendo a presença da Deputada Federal, Sra. Érika Kokay e dos Deputados Distritais, Senhores Gabriel Magno e Max Maciel. Seguidamente, o Sr. Marcelo Vaz Meira da Silva declarou encerrada a 2ª Audiência Pública de Apresentação da etapa de Diagnóstico obtido na revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT.

JULIANA MACHADO COELHO
Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano

JANAÍNA DOMINGOS VIEIRA
Secretária de Estado, Substituta

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM VISTAS À APRESENTAÇÃO DOS ESTUDOS DO PLANO DE INTERVENÇÃO URBANA – PIU LAGO SUL E DA MINUTA DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR QUE PROPÕE ALTERAÇÕES À LEI COMPLEMENTAR Nº 948, DE 16 DE JANEIRO DE 2019

Às dezenove horas do vigésimo primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, na sede da Administração Regional do Lago Sul, localizada no endereço SHIS QI 11, Área Especial nº 1 Lago Sul, Brasília - DF, foi iniciada a Audiência Pública com vistas à apresentação dos estudos do Plano de Intervenção Urbana – PIU do Lago Sul e da Minuta do Projeto de Lei Complementar que propõe alterações à Lei Complementar nº 948, de 16 de janeiro de 2019, pelo senhor Marcelo Vaz Meira da Silva, Secretário de Estado da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – Seduh, contando com a presença dos participantes relacionados ao final desta Ata, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta a seguir transcrita: 1. Abertura dos Trabalhos. 2. Apresentação Técnica. 3. Abertura das manifestações orais. 4. Encerramento. A Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados - Ascol/Seduh, preliminarmente, saudou os presentes e procedeu com a leitura resumida do regulamento da Audiência Pública. Registrou que o 1º Aviso de Convocação foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 177 e em Jornal de Grande Circulação no dia 16 de setembro de 2024. O 2º Aviso de Convocação foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 190, de 03 de outubro de 2024, bem como foi dada publicidade na página eletrônica da SEDUH, em conformidade com o disposto na Lei nº 5.081, de 11 de março de 2013. Adiante, passou-se ao item 1. Abertura dos Trabalhos: Foram convidados para compor a mesa os seguintes participantes: o senhor Marcelo Vaz Meira da Silva, Secretário de Estado da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – Seduh; a senhora Janaína Domingos Vieira, Secretária Adjunta da Seduh; a Senhora Letícia Luzardo, Subsecretária de Desenvolvimento das Cidades - Sudec/Seduh; e o senhor Rubens Santoro, Administrador Regional do Lago Sul. Seguidamente, com o uso da palavra, o Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva enfatizou que